

FONTE :

Gm

DATA :

19 11 91

CLASS. :

AFR/11:91

Pg. :

6

BRASIL/VENEZUELA

Collor e Pérez decidem por comércio livre

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

Brasil e Venezuela assinaram um tratado de complementação econômica entre os dias 3 e 4 de fevereiro de 1992 em Belém ou Manaus durante a reunião presidencial do Pacto Amazônico. Essa foi a principal decisão tomada ontem pelos presidentes Fernando Collor e Carlos André Pérez como

primeiro passo para a formação de uma zona de livre comércio entre os dois países.

O tratado visará principalmente à redução de tarifas para proporcionar um aumento do comércio que neste ano deverá situar-se em US\$1 bilhão. A média tarifária na Venezuela está na faixa de 15% a 20%, lembra o chanceler venezuelano, Armando Duran, enquanto no

Brasil atinge 35%. Somente em 1994 o governo brasileiro prevê reduzir a média para 20%. Segundo Duran seu país e os demais do Pacto Andino (Bolívia, Peru, Colômbia e Equador) criarão uma zona de livre comércio em 1º de janeiro do próximo ano. Ao mesmo tempo, os venezuelanos estão negociando um processo semelhante com o México e o Chile. Acordos dessa natureza também serão estendidos ao Caribe e América Central. Faltava, portanto, um tratado com o Brasil, que no ano passado importou da Venezuela uma soma expressiva: cerca de US\$ 640 milhões, quase tudo em petróleo (55 mil barris diários, atualmente), e exportou US\$ 370 milhões em automóveis, soja e derivados.

A redução tarifária atingirá todos os produtos da pauta, observou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek.

Menções ao tratado de complementação econômica, à criação de uma comissão mista binacional Brasil/Venezuela para cuidar dos problemas da fronteira, com representação de autoridades locais políticas e

econômicas (empresários), a questões relativas à demarcação do território dos Ianomamis nos dois países e à conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento (Rio 92) constarão do comunicado conjunto que os dois presidentes assinarão hoje, antes de Pérez seguir para São Paulo onde encerrará uma reunião empresarial. O comunicado é o único documento a ser firmado.

Para o Brasil, o tratado de complementação econômica com a Venezuela faz parte da preocupação em não deixar os seus principais parceiros comerciais latino-americanos desprovidos de instrumentos de integração. O governo está negociando também acordo semelhante com o Chile e futuramente com o Peru, informa Rezek.

Paralelamente aos entendimentos entre os dois presidentes, algumas negociações estão sendo concluídas, como um contrato entre a Petrobrás e a Petroleos de Venezuela, para a exploração de uma área de 100 quilômetros quadrados na bacia do rio Orinoco. A Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a sua congênere Corporación Venezolana de Guayana

também firmarão um convênio para cooperação técnica em matéria de produtos siderúrgicos.

Enquanto Collor e Pérez discutiam questões como a demarcação das terras ianomamis, assunto que mereceu destaque na conversa bilateral, com elogios da parte venezuelana ao gesto brasileiro, o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, e sua equipe conversavam com Miguel Rodriguez, ministro do Planejamento, sobre um financiamento à exportação de serviços brasileiros para a construção da usina hidrelétrica de Uribante-Caparo.

A Construtora Andrade Gutierrez é a principal interessada nesse contrato, mas depende de créditos brasileiros. O investimento total é da ordem de US\$ 500 milhões. Uma das exigências é que o Brasil entre com contrapartida para vencer a concorrência. Segundo o chanceler venezuelano, as empresas brasileiras estão capacitadas para a obra. Ele lembrou o precedente da hidrelétrica de Guri, cuja barragem foi construída pela Camargo Correa.

O presidente Pérez elogiou

a demarcação de terras indígenas feita pelo governo Collor na semana passada. A Venezuela já demarcou o território dos ianomamis há um ano e meio. As autoridades dos dois países acham que essa será a solução para o problema das invasões dos garimpeiros que criam embaraços na fronteira. Conforme disse Rezek, os índios poderão transitar de um país para outro sem problemas. Ele esclareceu que ainda não se cogita de programas comuns para essas comunidades indígenas.

Ontem o presidente venezuelano visitou o Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC) do Lago Paranoá, esteve no Supremo Tribunal Federal, fez conferência na Universidade de Brasília (UnB) e foi homenageado com um jantar no Itamaraty.

Hoje Carlos Andrés Pérez assina o comunicado conjunto com Collor, dá entrevista coletiva à imprensa, participa de coquetel que a embaixada venezuelana ofereceu ao corpo diplomático, visita o Congresso Nacional e parte para São Paulo, onde será recebido pelo governador Luiz Antonio Fleury Filho.